

# **Oferta e demanda por educação formal em comunidades de trabalhadores remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri**

Bolsista: Thayse Palmela Nogueira<sup>1</sup>

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Eva Aparecida da Silva

## **Introdução**

Com o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais e Transitórias, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, garante-se o direito de propriedade da terra aos remanescentes de quilombolas.

Somado a esse direito há a necessidade de se pleitear, junto aos órgãos governamentais, a garantia de outros direitos de igual importância, como é o caso do acesso a saúde e à educação.

Nesta pesquisa objetivamos apresentar e discutir a situação de escolaridade de três (3) comunidades negras rurais do Vale do Mucuri, pré-identificadas como remanescentes de quilombo (CEDEFES, 2007) - Cama Alta, Córrego Novo e São Julião.

Num primeiro momento buscou-se traçar o perfil educacional de cada uma das comunidades quilombolas, ao apreender a oferta de educação formal, mediante o acesso à educação básica, em particular fundamental e média, e a demanda por este tipo de educação, bem como ao Ensino Superior.

---

<sup>1</sup> Serviço Social (UFVJM-MG)

Em seguida a análise focou-se nos alcances e limites da inserção de adolescentes e jovens <sup>2</sup> de idades entre 15 a 25 anos no ensino superior, em especial aqueles que estão em fase de conclusão e/ou que concluíram o Ensino Médio.

Para efeito deste trabalho, primeiramente, numa perspectiva nacional, faremos uma breve descrição da realidade que envolve as comunidades remanescentes de quilombo. Em seguida, destacaremos as comunidades pertencentes ao estado de Minas Gerais, para então centrarmos nossa atenção nas três comunidades do Vale do Mucuri.

O direito específico à terra reconhecido às comunidades quilombolas é relativamente recente no nosso país, já que se refere ao ano de 1988. Diferentemente, o direito dos indígenas às suas terras é reconhecido desde a época colonial e pelas sucessivas Constituições Brasileiras, desde a de 1934. Deste modo, podemos observar quão moroso foi o reconhecimento dos direitos direcionados aos quilombolas.

Na Constituição Federal de 1988, no Artigo 68 do Ato dos Dispositivos Constitucionais e Transitórios (ADCT), prevê-se que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. (BRASIL, 1988)

Todavia, não podemos apenas citar o Artigo 68 sem tentar minimamente explicitar seu sentido histórico. Segundo Arruti (2003), às vésperas de se completar 100 anos da Abolição da Escravização, saindo de uma “pós-ditadura”, se assim pode ser chamada, o movimento negro se apropria do momento histórico da formulação do Artigo 68, ainda que com receios no presente, porém com perspectivas de possíveis mudanças no futuro.

O Artigo 68 sedimentou na lei, mesmo como dispositivo constitucional transitório, uma conquista histórica da cidadania brasileira. É claro que o artigo teve sua formulação sem maiores aprofundamentos e discussões sobre o tema com a sociedade

---

<sup>2</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente classifica em adolescentes pessoas de doze até dezoito anos incompletos. Já as Nações Unidas classifica como jovem pessoa de idade entre 15 e 24 anos. Nesta pesquisa trabalharemos com o termo – adolescente, tomando como referência o Estatuto da Criança e do Adolescente, e com o termo jovem (pessoas de 18 a 25 anos), tal como expresso pelas Nações Unidas.

civil e sobre a realidade dos grupos quilombolas<sup>3</sup>, o que o torna restrito, ainda que haja uma inspiração histórica e arqueológica. A época de sua formulação, embora seja uma conquista histórica, o Artigo 68 desconhecia o real “problema social” que envolvia o tema tratado.

É importante destacar, contudo, o que a lei trouxe para o contexto histórico-político-social daquele momento. O primeiro ponto que Arruti (2003) nos chama a atenção é que os formuladores da lei não tinham elementos suficientes para calcular os efeitos de sua criação, e que tal intenção não ia de encontro com a realidade, observando que o Artigo 68 era muito “obscuro e confuso”, e que o conhecimento utilizado para sua formulação era bastante restrito, não indo de encontro à realidade em que o artigo se faria representar. Os formuladores não possuíam a clareza de que estariam chamando para “atuar” sujeitos que permaneciam à mercê da sociedade. Sujeitos esses que tornariam o artigo uma valiosa “ferramenta na abertura de novos caminhos para a luta social, ao contrário do que sua formulação inicial pretendia.” (ARRUTI, 2003:2)

A categoria “remanescente de quilombo”, segundo Arruti (2003), foi criada pelo mesmo ato que a instituiu como sujeito de direitos (fundiários e, de forma mais geral, “culturais”), mas também reconheceu o direito que as comunidades remanescentes de quilombo têm a propriedade das terras que ocupam. Este autor mostra que com a criação do Artigo 68 e com o conhecimento acerca dos direitos cria-se um novo sujeito social, “um novo sujeito político etnicamente diferenciado pelo termo ‘quilombola’” (ARRUTI, 2003:1)

A base da questão quilombola é o direito à terra, como salienta o artigo da constituição federal, porém há algo que chama atenção aos nossos olhos - identidade quilombola - que é reafirmada com a posse da terra, pois é por meio da terra que as comunidades quilombolas tiram seu sustento e constroem a sua lógica de vida. A territorialidade está diretamente ligada ao processo de criação de identidade, pois é através da materialidade (terra) que se mantém vivo o imaterial (identidade), por meio de seus costumes e crenças, não tornando a posse da terra apenas um meio de subsistência dessas comunidades.

---

<sup>3</sup> A palavra “quilombo”, ou “calhambo”, é de origem banto e significa “acampamento” ou “fortaleza” e foi usada pelos portugueses para denominar as povoações constituídas por escravos fugidos. O termo também pode ser atribuído à “casa” ou “refúgio”. (CEDEFES, 2008:41)

“As comunidades quilombolas despertam uma série de questões socioeconômicas, espaciais, jurídicas e culturais que passaram a fazer parte da discussão sobre o que representam os quilombos contemporâneos na atualidade e sobre a sua efetiva inserção cidadã”. (OLIVEIRA, PARÈS, VELLOSO, 2007:217). Na maioria das vezes, estas questões são representativas de suas precárias condições socioeconômicas de vida (ausência de infra-estrutura, dificuldade de acesso à saúde, à educação, ao emprego e à renda, etc.), espaciais (constantes ameaças à garantia de suas terras), culturais (perda de suas identidades culturais) e jurídicas (morosidade do processo que leva ao título de suas terras).

A criação de políticas públicas e ações afirmativas pelo Estado é uma medida de suprimir as desigualdades acumuladas historicamente, buscando a garantia de oportunidades iguais para cidadãos, como é o caso da população negra (urbana e/ou rural), que sofreram diversas formas de discriminação, exclusão, o alijamento do processo produtivo e o acesso a uma vida social digna (GOMES, SILVA, 2008). No que se refere às comunidades remanescentes de quilombo, são várias as políticas públicas a elas destinadas pelo governo federal, através do Programa Brasil Quilombola.

Segundo Arruti (2003: 1), o reconhecimento deste grupo por parte do Estado, que no caso trata-se de um grupo quilombola, é um ato de nomeação oficial que fixa uma identidade política, administrativa e legal.

Analisando o Artigo 68, enquanto uma conquista histórica, podemos notar como o conceito de quilombo mudou no decorrer das décadas. “Durante o período colonial e imperial, muitos quilombos se formaram com a fuga de escravos que se rebelaram contra a ordem escravista” (CEDEFES, 2008:41).

A sua primeira definição se dá no corpo das legislações colonial e imperial, de uma forma explicitamente indefinida, que buscava abarcar sob um mesmo instrumento repressivo, o maior número de situações, bastando para a sua caracterização, a reunião de cinco (colonial) ou três (imperial) escravos fugidos, que formassem eles ranchos permanentes (colonial) ou não (imperial). (Arruti *apud* Almeida, 1996)

Haviam variadas formas de quilombo: grupos itinerantes que sobreviviam de assaltos nas estradas e fazendas até grandes estruturas mais complexas.

Até o final dos anos de 1970, o conceito de quilombo era tratado como reduto de escravos fugitivos e o grande modelo era o Quilombo de Palmares. Após este período, circulavam informações em escala regional e nacional sobre “comunidades negras rurais”. (RATTS, 2004:90)

Na década de 1980, Nascimento sintetiza o que para ele era a razão de ser desse fenômeno e imprime sua interpretação do que é quilombo: “Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial.” (Nascimento *apud* Ratts, 2004:93). Já Santos define quilombo como “uma organização camponesa livre, praticante de policultura, defensora da natureza e com pequenas desigualdades internas”. (Santos *apud* Ratts, 2004: 93)

Na compreensão do que significa o termo quilombola, podemos observar que “a formação de quilombos em todas as colônias e países do Novo Mundo constituiu-se em estratégia utilizada pelos africanos que, escravizados, ansiavam por liberdade”. (COSTA, 2008:25), instituindo assim, uma forma alternativa ao sistema de escravidão até então vigente no país. Daí, a necessidade que se tinha de se procurar áreas afastadas e de difícil acesso, criando uma barreira entre o sistema de escravidão e a liberdade que se pretendia ter.

Há indícios de que a maior parte das comunidades quilombolas em Minas Gerais se constituiu após a abolição da escravidão em 1888. Depois de expedido o decreto, grande parte dos negros não tinha onde ficar, não possuía trabalho e nem perspectiva de integração na sociedade. Diante de tudo isso, muitas famílias migraram para os “grotões”, para terras desabitadas ou para margens de fazendas. Há alguns casos de famílias que receberam doação de terras de seus antigos senhores e ali formaram comunidades, outras conseguiram através da compra adquirir seu pedaço de terra, onde trabalhavam. (CEDEFES, 2007:41)

Desenvolvido pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), no período de 2003 a 2007, o “Projeto Quilombos Gerais” pré-identificou 435 comunidade

quilombolas no estado de Minas Gerais, em aproximadamente 170 municípios (20% do total do Estado). Essas comunidades estão distribuídas nas regiões de Campos das Vertentes, Central Mineira, Jequitinhonha, Metropolitana/Belo Horizonte, Noroeste, Norte de Minas, Oeste de Minas, Sul, Triângulo/Alto Paranaíba, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce e Zona da Mata, conforme **Tabela 1**.

**Tabela 1 – Distribuição regional das comunidades remanescentes de quilombo do Estado de Minas Gerais**

<b>Região</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
Campos das Vertentes	5	1,1
Central Mineira	8	1,8
Jequitinhonha	105	24,1
Metropolitana/Belo Horizonte	54	12,6
Noroeste	15	3,4
Norte de Minas	153	35,1
Oeste de Minas	8	1,8
Sul	8	1,8
Triângulo/Alto Paranaíba	10	2,3
Vale do Mucuri	19	4,4
Vale do Rio Doce	29	6,7
Zona da Mata	21	4,8
<b>Total</b>	<b>435</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** CEDEFES, 2008, p.46.

Entre as 435 comunidades remanescentes de quilombo encontradas no estado de Minas Gerais, 97,9 % (426) estão localizadas nas zonas rurais do Estado e o restante, 2,1 % (9) nas zonas urbanas. A existência de comunidades negras urbanas ocorre devido à grande

concentração de ex-escravos em áreas urbanas e circunvizinhas. Podemos encontrar comunidades negras urbanas nas regiões Metropolitana de Belo Horizonte, Jequitinhonha, Noroeste e Vale do Mucuri.

A presente pesquisa, entretanto, centra sua atenção nas comunidades quilombolas da mesorregião do Vale do Mucuri<sup>4</sup>, em especial em três (3) delas – São Julião, Córrego Novo e Cama Alta, localizadas no município de Teófilo Otoni. Essa mesorregião apresenta dezenove (19) comunidades pré-identificadas como remanescente de quilombo, e se encontram nos municípios de Ataléia, Carlos Chagas, Fronteira dos Vales, Nanuque, Ouro Verde de Minas e Teófilo Otoni.

Segundo o CEDEFES (2007), algumas destas comunidades já entraram com o pedido de titulação de suas terras junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e outras já são cadastradas pela Fundação Palmares, possuindo uma declaração de reconhecimento como remanescente de quilombo, a qual torna possível pleitear políticas públicas específicas. (SILVA, 2009:2)

O processo de titulação das terras dos remanescentes de quilombo é muito longo e muito moroso, por isso o fato de existir apenas uma comunidade em todo o Estado com o título da terra - Porto Corís, no município de Leme do Prado, na região do Jequitinhonha.

Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - por intermédio do INCRA- compete a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de quilombos, através da realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Este relatório é realizado em diversas etapas a) Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sócio-cultural da área quilombola identificada; b) levantamento fundiário; c) planta e memorial descritivo do perímetro da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo, bem como

---

<sup>4</sup> Essa mesorregião é composta por vinte e três (23) municípios agrupados em duas (2) microrregiões: Teófilo Otoni e Nanuque. A microrregião de Teófilo Otoni compreende treze (13) municípios: Ataléia, Catuji, Franciscópolis, Frei Gaspar, Itaipé, Ladainha, Malacacheta, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Setubinha, Teófilo Otoni; e a microrregião de Nanuque dez (10) municípios: Águas Formosas, Bertópolis, Carlos Chagas, Crisolita, Fronteira dos Vales, Machacalis, Nanuque, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Umburatiba. (SILVA, 2009:2)

mapeamento e indicação dos imóveis e ocupações por todo seu território; d) cadastramento das famílias, utilizando-se de formulários específicos do INCRA; e) levantamento e especificação detalhada de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituídas, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, terras indígenas ou em outras terras públicas arrecadadas pelo INCRA; f) parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área, considerando os estudos e documentos apresentados.

Concluído o RTID, existem ainda etapas posteriores: a) o INCRA deverá *Publicar* os dados adquiridos no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localiza a área sobre o estudo; b) *Consultar* aos órgãos e entidades, como IPHAN, IBAMA, FUNAI, Fundação Cultural Palmares, dentre outros que podem opinar sobre as matérias de suas respectivas competências; c) *Receber contestações* dos órgãos e entidades referentes no prazo de 90 dias após a publicação; d) *Analisar a situação fundiária* dos territórios pleiteados; e) *Demarcar*; f) Titular (cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade).

A morosidade que envolve esse processo de emissão dos títulos às comunidades remanescentes de quilombo, revela a dicotomia existente entre o direito afirmado pelo Artigo 68 e a efetiva concretização deste direito.

A tabela abaixo mostra o número de comunidades na mesorregião de Teófilo Otoni e suas respectivas documentações, ou não, junto ao INCRA e à Fundação Palmares.

**Tabela 2 – Comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri**

<b>Comunidade</b>	<b>Município</b>	<b>Ano pedido titulação INCRA</b>	<b>Ano Cadastro Fundação Palmares</b>
Água Preta	Ouro Verde de Minas	***	2005
Água Preta de Cima	Ouro Verde de Minas	2006	2006
Cama Alta	Teófilo Otoni	***	****
Carneiro	Ouro Verde de Minas	***	****
Córrego Santa Cruz	Ouro Verde de Minas	2004	2005
Fazenda Pedra Azul	Teófilo Otoni	***	****
Ferreirão	Ataléia	***	****

Futrica	Nanuque	***	****
Gumerindo dos Pretos	Nanuque	***	****
Imburama	Teófilo Otoni	***	****
Marques I	Carlos Chagas	2006	2005
Marques II	Carlos Chagas	***	2005
Nunes	Fronteira dos Vales	***	***
Palmeiras ou Margem da Linha	Teófilo Otoni	***	***
Paulos	Ataléia	***	***
Prejuízo	Fronteira dos Vales	***	***
São Julião ou Lavra dos Pretos	Teófilo Otoni	***	***
Salineiro	Ataléia	***	***
Ventania	Fronteira dos Vales	***	***

**Fonte:** CEDEFES, 2008.

Ao tratar das comunidades remanescentes de quilombo da mesorregião de Teófilo Otoni há duas comunidades que chamamos atenção– Fazenda Pedra Azul e Imburama. A Imburama que foi pré-identificada pelo CEDEFES como quilombo, na realidade é parte dos quatro (4) núcleos familiares que compõem a comunidade quilombola Córrego Novo que está situada no distrito de Topázio, pertencente ao município de Teófilo Otoni. A comunidade Pedra Azul não representa mais uma comunidade, mas sim um dos pequenos núcleos de povoamento, denominado Sítio Pedra Azul, pertencentes à comunidade Marques I, localizada no município de Carlos Chagas e não de Teófilo Otoni. (LIMA apud SILVA, 2009:3)

### **1- Percurso metodológico**

Esta pesquisa trata-se de um estudo acerca do perfil educacional de três (3) comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri: Cama Alta, Córrego Novo e São Julião.

O desenvolvimento desta pesquisa contou com o levantamento e leituras bibliográficas sobre o tema aqui tratado, o que possibilitou o aprofundando do conhecimento sobre as comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri.

A pesquisa de campo contou com visitas regulares às comunidades, e com os dados coletados junto à população de cada uma delas, num mapeamento mais amplo, que busca conhecê-las em suas múltiplas facetas (história, economia, cultura, demografia, educação, relações sociais, etc.), do qual essa pesquisa é parte.

Ao tratar do tema central da pesquisa, nos utilizamos da técnica de grupo focal, para suprir as lacunas que os números não puderam contemplar. O grupo focal é uma técnica de entrevista em grupo, haja vista que esse grupo possui características comuns que os qualifica a debater a questão em destaque, neste caso o tema é a educação. Os participantes devem ter alguma vivência com o tema tratado, de tal forma que sua participação traga informações acerca de suas experiências cotidianas. (GATTI, 2005:7).

Segundo Gatti:

O trabalho com os grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado. A pesquisa com os grupos focais além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão de idéias partilhadas por pessoas no dia-a-dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros. (GATTI, 2005:11)

Recomenda-se que o grupo focal tenha entre seis (6) a doze (12) participantes. “Em geral, para projetos de pesquisa, o ideal é não trabalhar com mais de dez (10) participantes” (GATTI, 2007:22). Os grupos maiores restringem a participação, a

oportunidade de troca de informações entre os participantes, tornando o moderador apenas um condutor da entrevista, deixando que suas perguntas sejam respondidas pelos próprios participantes, permitindo ao investigador obter uma quantidade necessariamente boa de informações em um período menor de tempo.

No decorrer da pesquisa foram formados três (3) grupos focais<sup>5</sup> em cada comunidade – Cama Alta, Córrego Novo e São Julião – com adolescentes e jovens de idades entre 15 a 25 anos, de ambos os sexos. O objetivo do grupo focal foi debater sobre os alcances e limites da inserção dos jovens no ensino superior, e para isso contamos com a participação de adolescentes e jovens em fase de conclusão e/ou que já haviam concluído o Ensino Médio.

## **2- Comunidades Negras Rurais do Vale do Mucuri**

A região do Vale do Mucuri era constituída por uma densa Mata Atlântica, lugar propício para a vida de inúmeros animais. Também viviam nessa região os Índios Botocudos e os Maxacali, que estendiam seu território pelos vales do Rio Doce e São Mateus.

O Vale do Mucuri começa a ser ocupado, por volta do século XIX, por meio das políticas de colonização européia dos governos do Império e da Província. Diversos grupos de alemães se instalaram na região da antiga Filadélfia, atual Teófilo Otoni, desde 1854. (CEDEFES, 2008: 309)

Segundo relatos coletados pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva-CEDEFES- a formação de muitos dos quilombos da região do Vale do Mucuri iniciou-se no fim do século XIX, quando negros libertos ou fugidos das fazendas de café se dirigiam para as matas do Vale do Mucuri. O CEDEFES localizou 19 comunidades no Vale do Mucuri, entretanto, no INCRA há pedidos de titulação de somente três (3) comunidades.

### **2.1 - Cama Alta**

---

<sup>5</sup> Utilizamos a técnica de grupo focal, fizemos grupos de dez (10) participantes em cada entrevista, seguindo assim a metodologia proposta pela autora Bernadete Angelina Gatti. No total foram entrevistados cerca de trinta (30) adolescentes e jovens das três comunidades pesquisadas.

A Comunidade Cama Alta se localiza a 45 km do município de Teófilo Otoni, no distrito de Brejão. O relato de moradores de Cama Alta sobre a ocupação é bastante semelhante aos relatos das outras comunidades quilombolas dos municípios vizinhos ou próximos aos de Teófilo Otoni.

Por volta de 1915 e 1920, fugindo da seca que castigava a região de Salinas, situada no norte de Minas Gerais, chegam o senhor Manoel Pereira de Sá, seu filho Júlio Pereira de Sá, entre outros, conforme relatou o senhor Horário Pereira Barbosa, filho do senhor Júlio e neto do senhor Manoel.

Quando os primeiros moradores ali chegaram, se depararam com uma mata densa – Mata Atlântica – provavelmente, havia também na região Botocudos. Durante muito tempo os índios e os quilombolas viveram em harmonia em uma região que era bastante forte a presença de animais selvagens. O nome da comunidade Cama Alta é um retrato da necessidade, da época, de se construir as camas muito altas para se proteção de animais, principalmente onças. (CEDEFES, 2008, p.314).

A economia dessa comunidade se mantém através de pequenas roças de subsistência – arroz, milho, café, amendoim – e da criação de animais. Por falta de alternativas de geração de renda, a migração para os centros urbanos é bastante freqüente em Cama Alta.

Atualmente a comunidade conta com aproximadamente pessoas, totalizando famílias. A população de adolescentes e jovens é de 18, sendo 9 adolescentes- 15 a 18- e 9 jovens- 19 a 15. Na tabela abaixo mostra a inserção destes adolescentes e jovens no ensino.

#### **Grau de escolaridade- Cama Alta**

Analfabeto	0
1ª a 4ª incompleta	1
1ª a 4ª completa	1
5ª a 8ª incompleta	5
5ª a 8ª completa	1
Ensino Médio incompleta	5
Ensino Médio completa	4

Superior	0
Não sabe	0
Total	18

## 2.2 - Córrego Novo

A Comunidade Córrego Novo se situa a 40 km de Teófilo Otoni, próxima ao distrito de Topázio. Sua formação se dá a partir de quatro grandes núcleos familiares: Barbosa Lima, Barbosa Pinto, Imburama e Trega. O núcleo dos Barbosa Lima é o núcleo familiar com maior número de pessoas hoje na comunidade.

De acordo com seu patriarca, o Senhor Geraldo Barbosa Lima, sua família chegou à região do Vale do Mucuri por volta de 1929 e já encontrou ali instalados “Manezinho da Cachoeira”, de quem comprou a terra, e os Imburamas, os quais “abriram posse” na mata ainda pouco povoada. (SILVA, 2009:6)

Atualmente a comunidade é formada por 45 famílias, totalizando 178 habitantes. A população de adolescentes e jovens da comunidade Córrego Novo é de 31, com 19 adolescentes- 15 a 18 anos- e 12 jovens – 19 a 25 anos. Na tabela abaixo podemos observar a inserção destes adolescentes e jovens no ensino.

### Grau de escolaridade- Córrego Novo

Analfabeto	0
1ª a 4ª incompleta	2
1ª a 4ª completa	0
5ª a 8ª incompleta	12
5ª a 8ª completa	2
Ensino Médio incompleta	12
Ensino Médio completa	2
Superior	0
Não sabe	1

Total	31

### 2.3 - São Julião

São Julião, também conhecida como Lavras dos Pretos, está situada na zona rural do município de Teófilo Otoni a 83 km da cidade, próxima ao distrito de Maravilha.

Segundo “Mãe Augusta”, matriarca da comunidade, os primeiros moradores vieram de um lugarejo próximo à cidade de Jequitinhonha- ao que tudo indica Felisburgo. Sua formação está ligada com a fuga das famílias da Guerra do Paraguai (1864-1870), e à busca por melhores condições de vida e de um lugar para fixar residência. Os descendentes dos fundadores, em particular ”os Pereiras”, ocupam o território que teve origem há quase 150 anos. (SILVA, 2007:4)

A comunidade São Julião é também conhecida como Lavras dos Pretos por causa da extração de minérios que havia na região. Atualmente, a maioria das famílias de São Julião sobrevive dos trabalhos do campo, havendo poucos casos de subempregos na cidade.

A comunidade possui aproximadamente 397 habitantes, totalizando 104 famílias, contando com 44 jovens e adolescentes, sendo que destes 44, 19 são adolescentes com idades entre 15 a 18 e 25 são jovens de idades entre 19 e 25 anos. A tabela abaixo mostra a inserção destes adolescentes e jovens no ensino.

#### Grau de escolaridade- São Julião

Analfabeto	2
1ª a 4ª incompleta	9
1ª a 4ª completa	4
5ª a 8ª incompleta	16
5ª a 8ª completa	4

Ensino Médio incompleta	8
Ensino Médio completa	0
Superior	0
Não sabe	1
Total	44

### **3- Educação formal e não-formal, e a juventude das comunidades quilombolas**

Ao tratar do tema educação não-formal o paralelo com educação formal é quase instantâneo. Para alguns autores o termo não-formal é sinônimo de informal.

A educação não-formal ou educação informal trata-se da educação em que os indivíduos aprendem no decorrer do processo de socialização, nas experiências cotidianas compartilhadas – como, por exemplo, o convívio com a família, com os amigos, os valores e culturas que os indivíduos vão absorvendo nas relações sociais, etc. – trata-se de apreender o “mundo da vida.” Por outro lado, a educação formal, trabalha com conteúdo previamente demarcado, e é desenvolvida em um lugar específico – na escola.

Segundo Gohn:

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. (GOHN, 2006:2)

Quando se indaga acerca do agente do processo de construção do saber, logo pensamos que na educação formal esse agente trata-se do professor, que se encontra no seu espaço institucionalizado regulamentado por lei, certificado e organizado segundo diretrizes nacionais – a escola – que é um local normatizado, com regras e padrões comportamentais definidos.

Ao contrário da educação formal, na educação não-formal o grande educador é o “outro” - família, amigos, colegas de escola, etc. – tornando a trajetória de vida em sociedade o território propício para a aprendizagem. Por se tratar de um ambiente e de situações de interação construídos no coletivo, de acordo com diretrizes do próprio grupo, a participação dos indivíduos se torna opcional, podendo o indivíduo optar devido a circunstâncias de seu histórico de vida. Ocorrendo assim, uma intencionalidade na ação, no ato da participação, do aprendizado e da transmissão de outros saberes. Segundo Gohn, “a educação não-formal tem seus espaços educativos demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etc.” (GOHN, 2006:29)

Se por um lado educação formal exige tempo, um local específico, profissionais especializados, sistematização seqüencial das atividades que se divide por idade e por classe de conhecimento; por outro, a educação não-formal não é organizada, o conhecimento é repassado no decorrer das práticas e experiências anteriores, como se o “passado orientasse o presente”. A educação informal atua sobre o campo emocional e sentimental, atuando também “sobre aspectos subjetivos do grupo, trabalha e forma a cultura política de um grupo, desenvolvendo laços de pertencimento e ajudando na construção da identidade coletiva.” (GOHN, 2006:30)

Os resultados obtidos a partir de cada educação são variados. Na educação formal espera-se que ocorra uma aprendizagem efetiva onde os indivíduos possam se certificar e se titularem seguindo graus mais avançados na educação. Diferentemente, da educação não-formal não se espera resultados, os resultados simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento de cada indivíduo.

Segundo Gohn, a educação não-formal pode desenvolver como resultados uma série de processos como: a) consciência e organização de como agir em grupos coletivos; b) a construção e reconstrução de concepção (ões) de mundo e sobre o mundo; c) contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade; d) forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas o capacita para

entrar no mercado de trabalho); e) quando presentes em programas com crianças ou jovens adolescentes, a educação não-formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de auto-ajuda denominam simplificada como a auto-estima); ou seja, dá condições aos indivíduos para se desenvolverem sentimentos de auto-valorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc.); f) os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca. (GOHN, 2006:29/30)

A educação não-formal “tem como método básico a vivência e a reprodução do conhecido, a reprodução das experiências segundo os modos e as formas como foram aprendidas e codificadas.” (GOHN, 2006:31) Sua metodologia parte da cultura dos indivíduos e dos grupos como meio para a aprendizagem, seu método surge da problematização da vida cotidiana segundo temas que são tidos como necessidades, carências, desafios, etc. Os conteúdos são construídos no processo e não são dados a priori. A aprendizagem entra no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas. Com um caráter humanista, visa à formação integral dos indivíduos. (GOHN, 2006:31/32)

As dificuldades de acesso e de permanência na educação, particularmente no ensino médio e superior, relatadas por adolescentes e jovens das 3 comunidades pesquisadas, parecem demonstrar a não eficácia da educação formal.

Na Comunidade quilombola São Julião há aproximadamente quarenta (44) adolescentes e jovens, sendo 19 são adolescentes e 26 jovens que freqüentam regularmente a escola, entretanto, apesar de alguns jovens já terem idade para se inserir no ensino superior, a realidade é outra. Nenhum jovem da comunidade está inserido em Universidades e/ou Faculdades, há casos de jovens que tentaram se inserir via Enem ou vestibular, porém, não obtiveram pontos suficientes para sua efetiva inserção.

Os motivos para não inserção são variados. Muitos adolescentes e jovens necessitam trabalhar, o que impossibilita a conclusão do ensino fundamental e médio, dificultando assim, aprender o conhecimento necessário que é cobrado em provas de seleção das Universidades e Faculdades do Brasil. Os jovens acham muito difícil conciliar o

trabalho – que é pesado, pois se trata de trabalho rural - com os estudos, o que contribui para o grande número de reprovações.

Outro ponto que é importante ressaltar é a dificuldade de acesso à escola. Apesar de haver ônibus para levá-los à escola, concedido pelo poder público, alguns adolescentes e jovens relatam que ainda necessitam caminhar bastante para pegar o ônibus que passa em determinado ponto da estrada e quando está em época de chuvas o problema é ainda maior. As estradas que ligam a comunidade quilombola à escola não são asfaltadas, tornando o trajeto impossível de ser feito.

Marcos - 23 anos e com ensino fundamental completo – diz que caminha cerca de 30 km para ir e voltar à escola, pois o ônibus não passa em sua casa para apanhá-lo. O jovem é trabalhador rural e diz que o motivo das reprovações que teve, se dá pela dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho e também diz que alguns temas tratados na escola são muito difíceis para o entendimento.

Na Comunidade Cama Alta existem aproximadamente 18 adolescentes e jovens, dentre os quais 9 são adolescentes e 9 são jovens, alguns desses jovens já concluíram o ensino médio, entretanto, ainda não entraram no ensino superior.

Segundo eles, a maior dificuldade é se manter na faculdade – despesas de aluguel de casa na cidade, mensalidades da faculdade, gastos com o estudo em geral- apesar de ter o apoio dos familiares para ingressarem na faculdade, seus familiares não possuem condições financeiras de sustentá-los no ensino superior.

Por não tornarem o sonho de entrar na Faculdade real, muitas das jovens saem da comunidade e vão trabalhar na cidade e logo constituem família e engravidam. A realidade dos jovens também não é diferente, logo conseguem um trabalho, também constituem família e “desistem” do ensino superior.

Anarlei (18 anos, ensino fundamental incompleto) ficou um ano e meio sem ir na escola porque teve que cuidar da filha, após engravidar. A comunidade não possui creche e por isso não tem com quem deixar sua filha. Sua mãe, já de idade, não tem condições de ficar com o bebê para ela voltar aos estudos, o que torna difícil o término do ensino fundamental e médio, e o ingresso na universidade. Segundo a jovem,

algumas outras jovens levam seus filhos para a escola enquanto elas estão estudando, mas para ela isso é errado, porque as mães não conseguem se concentrar nas aulas, indo somente para ter presença, pois não aprendem nada.

A Comunidade Córrego Novo conta com 31 adolescentes e jovens, onde 19 são adolescentes e 12 são jovens, frequentando o ensino fundamental e médio. Muitos desses jovens já tiveram algumas reprovações, os motivos mais frequentes deste atraso escolar se dá pela inserção dos jovens no trabalho e pela dificuldade de transporte para as escolas.

Observamos que nas três comunidades pesquisadas os jovens e adolescentes gostariam de frequentar a universidade, mas apesar de desejarem entrar no ensino superior, ainda não há um esclarecimento do que é de fato a universidade.

Segundo Leonardo (18 anos, ensino fundamental incompleto), da Comunidade Córrego Novo, uma das dificuldades é saber qual curso escolher para seguir uma carreira. Ele sabe que deve ter afinidade com o curso que fará, entretanto diz que na escola não se tem um aprofundamento do que é a universidade/ faculdade. Os professores não trabalham esse tema com os estudantes, tornando o ensino superior algo que fica somente no imaginário desses adolescentes e jovens quilombolas.

## **5- Considerações finais**

Esta pesquisa buscou entender a oferta e a demanda por educação formal em comunidades remanescentes de quilombo do Vale do Mucuri, em especial em três delas – Cama Alta, Córrego Novo e São Julião- compreendendo os limites e alcances para a inserção de adolescentes e jovens quilombolas no Ensino Superior brasileiro.

Tornando-se o aprofundamento bibliográfico de extrema importância para entender a situação das comunidades remanescentes de quilombo, em particular no que diz respeito ao acesso à educação, voltamos ao Artigo 68 da Constituição Federativa do Brasil para esclarecer que há um direito previsto em lei – direito a terra- e que esse direito necessita ser ampliado abrangendo outros direitos que possuem o mesmo peso na vida dessas comunidades quilombolas.

Para a obtenção de dados educacionais, foram feitas visitas às três comunidades do Vale do Mucuri e a aplicação de questionários em toda a população dessas comunidades, como parte de uma pesquisa mais ampla. Utilizamos do grupo focal para coletar informações junto aos adolescentes e jovens com idades entre 15 e 25 anos, para então ouvirmos deles o que pensam sobre sua inserção ou não inserção no ensino superior.

O que observamos nas falas dos próprios adolescentes e jovens das comunidades é que apesar de desejarem entrar no ensino superior, a realidade enfrentada por eles os distanciam de alcançar tal desejo. A falta de conhecimento sobre as políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior, como por exemplo, o sistema de cotas étnico-raciais nas universidades e faculdades que reservam vagas em instituições públicas ou privadas para afro-brasileiros, o Programa Universidade Para Todos- Prouni – que fornece bolsa em instituições privadas, as próprias universidades federal e estaduais, nas quais há programas internos de auxílio estudantil, bolsa-atividade e de iniciação científica, que podem auxiliar na permanência dos estudantes no espaço da universidade. O desconhecimento acerca destes programas, somado também a não-clareza acerca dos cursos oferecidos e de seu papel profissional, torna o universo do ensino superior algo bastante estranho para esses jovens que, muitas vezes, nasceram e cresceram nestas comunidades.

O término tardio do ensino médio por estes adolescentes e jovens dificulta ainda mais o processo de inserção no ensino superior. Muitos deles encontram um trabalho e formam família e não regressam mais a escola, e outros nem mesmo tentam ingressar na universidade. É neste momento, em que há essa desistência, que deveria ter um projeto junto a esses jovens de motivação para alcançar o ensino superior e mudar um pouco a realidade na qual eles se encontram.

O que observamos é que as escolas do ensino fundamental e médio poderiam fazer um trabalho de orientação com esses jovens em fase de formação, tanto acerca do universo universitário, dos procedimentos de inserção e de permanência no ensino superior, como quanto em relação áreas de trabalho e suas possibilidades de atuação profissional e/ou de pesquisa, e também fazendo com que eles próprios possam encontrar o que eles realmente estão buscando com o ensino fundamental e médio.

Por fim, este estudo exploratório aponta para possíveis desdobramentos de pesquisa da temática aqui proposta – educação, ensino superior e juventude quilombola, uma vez que o efetivo acesso à educação em todos os seus níveis de ensino, bem como a uma educação quilombola, no caso específico das comunidades quilombolas, ainda se mostra como um desafio.

### Referencia Bibliográfica

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA – CEDEFES. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: história e resistência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

COSTA, João Batista de Almeida. **As formações de quilombos em Minas Gerais.** In Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais do século XXI: história e resistência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **O caminho da titulação.** Disponível em < [http://www.cpisp.org.br/terras/html/comosetitula\\_caminho.asp](http://www.cpisp.org.br/terras/html/comosetitula_caminho.asp) > Acesso em 5 de fevereiro de 2010.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas.** Brasília: Líder Livro Editora, 2005.

RATTS, Alecsandro J. P. **A voz que vem do interior: intelectualidade negra e quilombo.** In: BARBOSA, Lucia M<sup>a</sup> de Assunção *et al* (orgs.). **De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro.** São Paulo: Edufscar, 2004.

SILVA, Eva Aparecida. **Ser remanescente de quilombo em comunidades do Vale do Mucuri: Reflexões preliminares de pesquisa.** Teófilo Otoni, 2009. No Prelo.

SILVA, Eva Aparecida; VITORINO, Aline Rodrigues. **Construção da identidade quilombola de crianças e adolescentes na interface entre a comunidade remanescente quilombo e a escola.** 2008. No Prelo.